

Inscrições na Dívida Ativa mais uma forma de coagir o contribuinte

Não bastassem os inúmeros procedimentos – em termos jurídicos “obrigações acessórias” – aos quais os contribuintes se submetem para ficar “em dia” com o Fisco Federal, como prestar as incontáveis declarações tais como DIPJ, DCTF, DACTON, DIRF, DCP, DNE, etc. e realizar antecipadamente o pagamento dos tributos, agora, para não se surpreenderem com a inscrição de pretensos débitos na Dívida Ativa da União e sofrerem toda a sorte de suas consequências, os contribuintes terão, ao menos por enquanto, que adotar uma postura preventiva junto aos órgãos. Expliquemos melhor.

Desde meados do ano corrente a Secretaria da Receita Federal, no uso de seus poderes e atribuições, amparada em norma administrativa de sua própria autoria (evidentemente arbitrária, como de costume), tem procedido da seguinte forma: por meio de seu banco de dados, averigua se os tributos declarados como devidos nas DCTF – Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais estão todos pagos; constatado qualquer débito, a Secretaria da Receita Federal o envia imediatamente para a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, órgão responsável pela sua inscrição na Dívida Ativa da União e posterior – somente posterior – notificação ao contribuinte.

Ocorre que, na maioria absoluta dos casos, a ferramenta utilizada pela Secretaria da Receita Federal não tem sido eficaz. Vamos justificar tal afirmativa por meio do seguinte exemplo: se um contribuinte declara como devido o tributo de determinado período com o código da receita errado, mas realiza o pagamento (por meio de DARF – Documento de Arrecadação das Receitas Federais) corretamente, inclusive com relação ao código de receita do tributo devido, o sistema do ente arrecadador não faz o encontro de contas, posto que o código de declaração não confere com o código de recolhimento, e envia o “pretenso” débito, declarado e não pago, para inscrição em Dívida Ativa da União. Esse é somente um exemplo das diversas situações que podem ser apontadas.

Assim, se o contribuinte incorrer em qualquer equívoco no cumprimento das obrigações acessórias (declarações realizadas, preenchimento dos DARF’S, entre outros), será apontado como devedor junto ao Fisco Federal, mesmo que o tributo tenha sido tempestivamente recolhido aos cofres fazendários. Vale lembrar que já enfrentamos casos em que não há constatado nenhum vício de tal natureza e mesmo assim determinado tributo – já pago – foi inscrito na Dívida Ativa da União.

